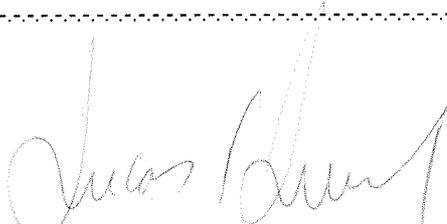


**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO DEMONSTRATIVO DE AVALIAÇÃO E CUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016, QUE CORRESPONDE AOS MESES DE JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO E ABRIL, E, EM OBEDIÊNCIA AO ARTIGO 4º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000, DE 04 DE MAIO DE 2000, ATENDENDO AINDA, AO DISPOSTO NO PARÁGRAFO 2º DO ART. 165 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REALIZADA NA SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAHU, ÀS 10:30 HORAS DO DIA 25 DE MAIO DE 2016,** a qual esteve sob a Presidência do Vereador Lucas de Barros Flores, Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Economia. Presente também o Vereador José Fernando Barbieri. Registrada a presença dos senhores Luís Vicente Federici, Secretário de Economia e Finanças; Jorge Luís Alcalde, Presidente da Agência Reguladora SAEMJA; Angelo José Soave, Secretário Interino de Desenvolvimento e Trabalho; Antonio Sebastião Grizzo, Secretário de Mobilidade Urbana; e da senhora Lourdes Caetano, Presidente do IPMJ. Presentes ainda, funcionários da Secretaria Municipal de Economia e Finanças, demais servidores municipais, Assessores Parlamentares, profissionais da imprensa e público presente, conforme lista de presença anexa. Iniciando os trabalhos o Vereador Lucas de Barros Flores, Presidente desta Sessão Pública, convidou o senhor Luís Vicente Federici, Secretário Municipal de Economia e Finanças, para tornar público o Demonstrativo de Avaliação e Cumprimento das Metas Fiscais do 1º quadrimestre de 2016. O senhor Luís Vicente Federici iniciou a sua explanação invocando o artigo 48 e o artigo 9º, parágrafo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal visando à transparência na gestão fiscal, o acesso público aos planos, orçamentos, leis de diretrizes orçamentárias, prestações de contas e demais dispositivos da Lei Complementar 101/2000. Prosseguiu dizendo que, na composição dos resultados seguidamente relatados estavam inclusos os dados dos Poderes Executivo e Legislativo, Administração Direta e Indireta. Ato contínuo, o senhor Secretário passou a tecer considerações acerca da demonstração dos resultados econômico-financeiros referentes ao 1º quadrimestre do exercício de 2016. Foi apresentado gráfico da receita prevista *versus* a receita realizada no 1º quadrimestre de 2016, sendo a primeira da ordem de R\$ 414.765.000,00 e a segunda de R\$ 116.541.779,00, o que perfaz 28,10% da previsão total de arrecadação até o momento. Em seguida, foi apresentado o quadro comparativo da receita arrecadada no 1º quadrimestre de 2015 *versus* a receita arrecadada no 1º quadrimestre de 2016. Nesse verificou-se que em 2016 houve um decréscimo de 5,78%. A receita em 2015 no período foi da ordem de R\$ 123.684.705,00 e no mesmo período no ano de 2016 foi de R\$ 116.541.779,00, perfazendo uma variação negativa equivalente a R\$ 7.142.926,00. Após, foi apresentado comparativo da receita arrecada nos anos de 2015 e 2016: janeiro/2015 - R\$ 33.823.163,00 e janeiro/2016 - R\$ 31.291.107,00; fevereiro/2015 - R\$ 28.559.312,00 e fevereiro/2016 - R\$ 27.353.810,00; março/2015 - R\$ 35.141.011,00 e março/2016 - R\$ 29.728.403,00; e, abril/2015 - R\$ 26.161.218,00 e abril/2016 - R\$ 28.168.459,00. Em seguida, foi apresentado gráfico contendo as principais receitas referentes ao 1º quadrimestre de 2016, a saber: FUNDEB 15,05% - R\$ 17.540.083,00; ICMS 14,40% - R\$ 16.783.266,00; Receitas Diversas 12,85% - R\$ 14.973.786,00; FPM 12,51% - R\$ 14.580.251,00; IPVA 12,00% - R\$ 13.989.005,00; Santa Casa (Gestão Plena) 7,34% - R\$ 8.548.607,00; IPTU 6,15% - R\$ 7.169.603,00; ISSQN 5,86% - R\$ 6.827.797,00; Receitas de Capital 4,61% - R\$ 5.369.339,60; QESE Salário Educação 2,22% - R\$ 2.583.992,00; Dívida Ativa 1,70% - R\$ 1.980.817,00; ITBI 1,56% - R\$ 1.817.484,00; Iluminação Pública 1,54% - R\$ 1.796.864,00; Taxa de Ocupação de Vias 1,22% - R\$ 1.427.610,00; e, IR 0,99% - R\$ 1.153.275,00, totalizando R\$ 116.541.779,60. Ato contínuo, foi apresentado comparativo entre essas mesmas receitas nos anos de 2015 e 2016. No exercício de 2015, foram apresentados os seguintes valores: ICMS - R\$ 16.846.992,00; FUNDEB - R\$ 17.364.710,00; FPM - R\$ 11.542.234,00; IPTU - R\$ 6.887.882,00; IPVA - R\$ 13.879.691,00; Santa Casa (Gestão Plena) - R\$ 9.256.009,00; Receitas Diversas - R\$ 24.617.898,00; ISSQN - R\$ 5.800.964,00; Receitas de Capital - R\$ 6.801.290,00; Taxa de Ocupação de Vias - R\$ 1.380.626,00; Iluminação Pública - R\$ 1.706.367,00; QESE Salário Educação - R\$ 3.018.045,00; ITBI - R\$ 1.774.006,00; Dívida Ativa - R\$ 1.910.266,00; e, IR - R\$ 897.725,00, totalizando R\$ 123.684.705,00. Já em 2016, apresentou-se o que segue: ICMS - R\$ 16.783.266,00; FUNDEB - R\$ 17.540.083,00; FPM - R\$ 14.580.251,00; IPTU - R\$ 7.169.603,00; IPVA - R\$ 13.989.005,00; Santa Casa (Gestão Plena) - R\$ 8.548.607,00; Receitas Diversas - R\$ 14.973.786,00; ISSQN - R\$ 6.827.797,00; Receitas de Capital - R\$ 5.369.339,60; Taxa de Ocupação de Vias - R\$ 1.427.610,00; Iluminação Pública - R\$ 1.796.864,00; QESE Salário Educação - R\$ 2.583.992,00; ITBI - R\$ 1.817.484,00; Dívida Ativa - R\$ 1.980.817,00; e, IR - R\$ 1.153.275,00, totalizando R\$ 116.541.779,60. Prosseguindo, o senhor Secretário de Economia e Finanças, apresentou o comparativo da despesa empenhada de 2015 e 2016 no mesmo período, a saber: despesa empenhada/2015 - R\$ 235.782.751,00 e despesa empenhada/2016 - R\$ 337.717.154,00, perfazendo uma diferença no empenhamento de R\$ 101.934.403,00. Ato contínuo, foram apresentadas as principais despesas por categoria econômica: Pessoal e Encargos Sociais - 34,40% - R\$ 116.186.896,00; Outras Despesas Correntes - 46,81% - R\$ 158.073.867,00; Investimentos - 15,62% - R\$ 52.757.423,00; Investimentos - 15,62% - R\$ 52.757.423,00; Amortização da Dívida - 3,17% - R\$ 10.698.968,00, totalizando R\$ 337.717.154,00. Na sequência, foi apresentado gráfico das despesas com Ações de Saúde (recursos próprios) com percentuais empenhados, liquidados e efetivamente pagos, respectivamente de 75,04%-R\$ 56.990.296,00, 35,28% - R\$ 26.790.117,00 e 21,99% - R\$ 16.699.486,00. Já as despesas com Ações de Saúde (recursos vinculados) tiveram percentual empenhado, liquidado e pago respectivamente de R\$ 44.130.000,00, R\$ 35.152.867,00 e R\$ 14.573.435,00. A aplicação acumulada foi da ordem de R\$ 101.120.295,00. A seguir passou-se à demonstração do quadro comparativo das despesas com pessoal do exercício anterior e do atual (até o mês de abril). No ano de 2015 a receita corrente líquida foi de R\$ 319.274.783,00 e a despesa líquida com pessoal foi de R\$ 121.529.034,00 (38,06%). No ano de 2016 a receita corrente líquida foi de R\$ 313.560.309,00 e a despesa líquida com pessoal foi de R\$ 131.621.264,00 (41,98%), respeitados, portanto, o limite máximo de gastos com despesas de pessoal (art. 20 LRF) de 54% e o limite prudencial (art. 22 LRF) de 51,30%. Foram apresentados os gráficos das despesas com Aplicação no Ensino (recursos próprios) com percentuais empenhados, liquidados e

efetivamente pagos, respectivamente de 44,58% - R\$ 33.858.675,00, 29,05% - 22.064.277,00 e 20,08% - R\$ 15.246.475,00. Já as despesas com Aplicação no Ensino (recursos vinculados) com percentual empenhado, liquidado e pago, respectivamente de R\$ 52.020.755,92, R\$ 11.449.962,44 e R\$ 6.163.545,99. A aplicação total foi da ordem de R\$ 85.879.430,92. O percentual empenhado, liquidado e pago, respectivamente, com recursos do FUNDEB foi de R\$ 43.255.999,00, R\$ 16.597.434,00 e R\$ 12.062.314,00, sendo que a arrecadação do FUNDEB foi de R\$ 17.622.533,00 até a presente data. Em seguida, foi apresentado demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida no valor de R\$ 54.603.774,56 que perfaz 17,41% da receita corrente líquida. De acordo com os artigos 3º e 4º da Resolução 40 do Senado Federal o limite legal permitido é de até 120% da receita corrente líquida. Finalizada a explanação, o senhor Secretário Municipal de Economia e Finanças, Luís Vicente Federici, agradeceu a todos os presentes, colocando-se à disposição para dirimir as dúvidas eventualmente suscitadas. O Presidente da Sessão e do evento, Vereador Lucas de Barros Flores, indagou ao Vereador presente, Imprensa e público em geral, se haveria alguma pergunta a ser formulada ao representante da Prefeitura Municipal de Jahu. Fez uso da palavra, arguindo ao Secretário Municipal de Economia e Finanças o Vereador José Fernando Barbieri. Registrada a presença do senhor Celso Antonio Vequi Junior, Secretário de Esportes do município. Após breve manifestação, o Presidente da Audiência Pública, Vereador Lucas de Barros Flores, novamente indagou aos presentes, se haveria mais algum questionamento, oportunidade em que mais ninguém manifestou interesse em fazer uso da palavra. Finalizando os trabalhos, o senhor Presidente, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a presente Audiência Pública. Determinou a mim, Lucianne Oliveira Pussi, Agente Legislativo, sob a supervisão da Diretora Geral da Câmara Municipal, Camila Rafaela Baroni, a elaboração da Ata para registrar o evento, que será disponibilizada para assinaturas das autoridades do Legislativo, do Executivo e da Mesa composta para direção dos trabalhos, fazendo parte integrante desta toda a Documentação supra mencionada, bem como, a Lista de Presentes e o arquivo audiovisual em DVD com a íntegra da Audiência Pública



LUCAS DE B. FLORES  
Vereador



Luis Vicente Federici  
Secretário Economia e  
Finanças



Silvia Helena Sorgi  
Gerente